

PESQUISADORES ENGAJADOS E LÍDERES CAMPONESES NA
PESQUISA-AÇÃO: UMA COOPERAÇÃO CONFLITANTE¹
Reflexões a partir dos programas CAT e Paet na Amazônia brasileira

Christian Castellanet²
Gutemberg Guerra³

RESUMO

As relações entre pesquisadores e sindicalistas camponeses em dois programas de pesquisa-ação na Amazônia foram analisadas a posteriori. Apesar dos esforços de diálogo, dos acordos e dos resultados promissores, os conflitos foram numerosos. As razões provêm mais das diferenças de campos e de estratégias dos dois grupos que foram insuficientemente explorados, do que de uma visão de mundo ou de conceitos diferentes. Estando a informação na fonte do poder, na ausência de uma confiança absoluta não foi possível um diálogo claro e transparente entre as partes. Uma aliança de longa duração pressupõe a identificação dos interesses comuns e a adesão a regras rígidas de difusão da informação.

Termos para indexação: sistemas agrícolas, territórios, terra, política agrícola e alimentar, formação.

CHERCHEURS ET LEADERS PAYSANS ENGAGÉS DANS LA
RECHERCHE-ACTION: UNE COOPÉRATION CONFLICTUELLE
Réflexion à partir des programmes CAT et Paet en Amazonie brésilienne

RÉSUMÉ

Les relations entre chercheurs et leaders paysans dans deux programmes de recherche-action de l'Amazonie brésilienne sont analysées a posteriori. En dépit des efforts de dialogue et de concertation et de résultats concrets prometteurs, les conflits ont été nombreux. Cela s'explique par des différences de champs et de stratégies entre les

¹ Artigo originalmente publicado sob o título *Chercheurs et leaders paysans engagés dans la recherche-action : une coopération conflictuelle* no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 126-130, janvier-février 2005.

² Agrônomo, Doutor em Ecologia, responsável de programa no Pôle Environnement et Développement Rural, Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques (Gret), 213, rue Lafayette, 75010 Paris, France. castellanet@gret.org

³ Engenheiro agrônomo, Doutor em Socioeconomia, professor-pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar, da Universidade Federal do Pará – UFPA/Neaf, Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, nº 1, 66075-900 Belém, PA. gute@amazon.com.br

deux groupes qui ont été insuffisamment analysées, plus que par une vision du monde ou des concepts différents. L'information étant source de pouvoir, et en l'absence d'une confiance absolue entre partenaires, ceux-ci n'étaient pas parvenus à construire une transparence suffisante pour expliciter ces divergences par un dialogue «éclairé». Une alliance de longue durée de ce type suppose en effet non seulement d'identifier des espaces d'intérêts communs mais également de se mettre d'accord sur des règles contraignantes, en particulier quant à la prise de parole publique des chercheurs.

Termes d'indexation: systèmes agraires, territoire, foncier, politique agricole et alimentaire, formation.

RESEARCHERS AND FARMER LEADERS IN ACTION-RESEARCH: CONFLICTUAL COOPERATION IN BRAZILIAN AMAZONIA

ABSTRACT

The relationships between researchers and farmer leaders in two action-research programs in Brazilian Amazonia are analyzed retrospectively. Despite promising concrete results and significant efforts at dialogue to establish a shared vision, there have been numerous conflicts. They can be explained by the differences in the fields of interest and strategies of each groups, insufficiently clarified, rather than by different concepts or world visions. With information a source of power, the partners did not build enough confidence to reach a level of transparency that would allow them to clarify their divergences through "enlightened dialogue". In conclusion, a long-term alliance of this type implies not only the identification of fields of common interests, but also the establishment of binding rules to limit potential negative interference, concerning, in particular, public comments by researchers.

Index terms: farming systems, territory, agricultural land, agricultural and food production policy, training.

INTRODUÇÃO

Este texto resultou de duas experiências de programas de pesquisa-ação de longa duração, que envolveram pesquisadores-técnicos e sindicalistas camponeses da Amazônia brasileira. Esses programas foram iniciados no final dos anos 80, na zona de expansão da frente de colonização agrícola do Estado do Pará. O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), na região de Marabá, começou a funcionar em 1988, enquanto o Programa Agroecológico da Transamazônica (Paet), na região de Altamira, em 1992. Os dois programas

têm por objetivo permitir a estabilização da agricultura familiar na região e melhorar a gestão dos recursos naturais, principalmente os florestais.

Os programas de pesquisa-ação apresentam características atípicas se comparadas às práticas habituais da pesquisa-ação utilizadas na Europa e nos Estados Unidos (LIU, 1997). Foram montados no âmbito da cooperação internacional, envolvendo, do lado brasileiro, sindicatos, universidade e pesquisa agropecuária, e, do lado europeu, diversas instituições de pesquisa e de ensino superior⁴.

As equipes de pesquisa eram formadas por pesquisadores e técnicos nomeados, na sua maioria, por instituições ligadas ao projeto. Vinculados a instituições sediadas em Paris e Belém, esses jovens pesquisadores foram alocados no interior do Brasil, na área rural, para a implementação da pesquisa. Desde o início, seu trabalho foi dimensionado por objetivos amplos e de longo prazo, ao contrário do que ocorre com projetos clássicos de pesquisa-ação, cujos objetivos são específicos, têm duração determinada e são objeto de contratos precisos. Os objetivos principais dessa pesquisa-ação são negociados periodicamente (em geral, anualmente), o que os aproxima, no plano conceitual da concepção estratégica, da pesquisa-ação (VERSPIEREN, 1990).

Os promotores do programa (pesquisadores) consideraram implicitamente, no início dos trabalhos, que a aproximação entre a demanda dos sindicalistas e a oferta dos pesquisadores se faria progressivamente, graças à renegociação periódica das bases da pesquisa-ação, depois de avaliações conjuntas dos resultados e dos métodos empregados. Essa negociação periódica deveria também esclarecer, paulatinamente, as estratégias das instituições parceiras, de forma a identificar melhor os campos de cooperação, permitindo, assim, um benefício recíproco. Esses procedimentos conferem com o paradigma construtivista teorizado por Habermas (1984) e Røling (1996).

PESQUISA-AÇÃO BASEADA EM NEGOCIAÇÃO E EM DIÁLOGO ABERTO

Para os iniciadores dos dois programas, os agricultores deveriam participar desde a definição dos objetivos da pesquisa até a aferição dos resultados,

⁴ A Université Antilles-Guyanne (UAG), o Groupe de Recherche et Echanges Technologiques (Gret), o Cirad e o Institut National de Recherche Agronomique (Inra).

incluindo a análise de sua validade e a de seus efeitos sobre os projetos dos produtores (RHOADES; BOOTH, 1982).

Os pesquisadores esperavam que esse tipo de metodologia “permitiria reforçar as dinâmicas democráticas e a capacidade de os produtores influenciarem o desenvolvimento, elaborando, em parceria com os pesquisadores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a aplicação das soluções. A pesquisa participativa deveria atuar sobre os processos de transformação da sociedade de acordo com os produtores familiares. Isso condicionava o estabelecimento de uma verdadeira parceria com os produtores, baseada em respeito e confiança mútua” (CASTELLANET et al., 1996).

Implantação local das equipes de pesquisa

Os fundadores do CAT e do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet)⁵ decidiram, desde o início, formar equipes permanentes de pesquisadores instalados na região, que trabalhariam em parceria contínua com as organizações representativas dos agricultores familiares. O fato de residir na região era condição imprescindível à integração e ao acompanhamento das ações de desenvolvimento.

Quanto à duração, por tempo indeterminado, dos trabalhos da equipe, ela foi fundamentada na constatação de que uma intervenção de desenvolvimento sustentável só poderia ganhar consistência a médio e a longo prazo, sobretudo na escala considerada, bem como no interesse em integrar a formação superior como um dos componentes principais do projeto.

A escolha da parceria privilegiada com as organizações camponesas

O estabelecimento de uma parceria privilegiada com as organizações de produtores tinha como objetivo, da parte dos pesquisadores, permitir uma melhor definição dos eixos de pesquisa e pesquisa-ação, de forma que atendessem às prioridades dos produtores, o que costuma não ocorrer com a pesquisa

⁵ O Laet foi fundado em 1993, em Altamira, por profissionais do Gret, da Embrapa Amazônia Oriental e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

acadêmica e temática. No quadro da pesquisa-desenvolvimento lato sensu, que pretende atingir o maior número de produtores para produzir mudanças em escala regional⁶, essa articulação deveria permitir a multiplicação e a difusão de resultados e também contribuir para uma reflexão comum sobre os determinantes socioeconômicos e ecológicos das estratégias individuais dos produtores (MERRILL-SANDS; COLLION, 1993).

O método de trabalho

O método adotado consistia em reuniões regulares (pelo menos uma vez por ano, em um seminário amplo) entre os representantes dos agricultores e os pesquisadores, para definir, em comum, os eixos e as modalidades de trabalho, e para avaliar as atividades do ano anterior. Essa definição resulta do confronto entre as demandas dos agricultores, em termos de desenvolvimento, e da oferta dos pesquisadores, em termos de pesquisa-ação possível e diagnósticos necessários. Deu-se prioridade aos temas mais demandados por parte de grupos bem identificados e com as quais os pesquisadores estavam eficazmente habilitados a contribuir. Na prática, sentiu-se a necessidade de uma reflexão sobre a estratégia dos programas de pesquisa-ação baseada em uma série de reuniões restritas com a direção das organizações camponesas parceiras. No ato da elaboração da programação anual, os resultados dos diferentes eixos temáticos de pesquisa-ação foram apresentados e avaliados, quando se decidiu sobre as atividades que teriam continuidade, as que seriam paralisadas e as que teriam início.

Os primeiros resultados

Dez anos depois do início dessa experiência, resultados significativos para a região foram obtidos por ambas as partes. Os sindicatos beneficiaram-se principalmente com o fortalecimento de sua imagem de liderança e com a dinamização do organismo sindical. A parceria permitiu ativar os debates sobre os seguintes temas: a importância das culturas permanentes, o potencial e

⁶ O raio de abrangência do Paet vai de Rurópolis a Novo Repartimento, sobre um eixo de aproximadamente 700 km da Transamazônica, que reúne dez municípios. O número de produtores familiares atingido nessa área foi avaliado entre 30 mil e 40 mil pessoas.

os riscos do desenvolvimento da pecuária por produtores familiares e o melhor aproveitamento dos recursos madeireiros nas discussões sobre agricultura familiar. Isso também se manifestou na implantação de vários zoneamentos municipais participativos e na proposta de criação de florestas comunitárias e municipais, duas novidades no Estado do Pará. Intervenções efetivas ocorreram no âmbito de diversos temas técnicos, com efeitos modestos, até o momento, na escala regional, mas que tendem a crescer, em particular na área do desenvolvimento dos cultivos perenes (pimenta-do-reino e cacau) e do apoio a sistemas agroflorestais. No domínio da transformação, da industrialização e da comercialização dos produtos agrícolas, foram constituídas entidades do tipo cooperativa voltada para o desenvolvimento, conservando uma perspectiva de luta sindical (criação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins – Cocat). No plano da formação de jovens agricultores, o lançamento das Casas Familiares Rurais foi outro sucesso.

AS DIFICULDADES NA RELAÇÃO ENTRE PESQUISADORES E SINDICALISTAS

Apesar dos resultados obtidos, as relações entre pesquisadores e sindicalistas continuaram complexas e conflitantes, alternando-se entre colaboração estreita e separação das atividades. Pela análise dos processos da pesquisa e de entrevistas diretas com os diferentes atores, serão determinadas as causas dessas dificuldades persistentes, tomando por base as entrevistas com os principais interessados, realizadas em 1996/97, por um dos autores (GUERRA, 1999).

As expectativas dos sindicalistas

Os pesquisadores do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins-Araguaia (Lasat) identificaram, como um dos principais problemas da relação entre eles e os sindicalistas camponeses, o fato de que estes últimos não são capazes de formular, de fato, demandas de pesquisa. Eles se restringem a três tipos de questão: problemas pontuais, como a doença das galinhas; exigência de soluções de execução imediata, como a implantação de sistemas agroflorestais; e questões genéricas de fundamento político, como transporte, saúde, crédito, etc. (MUCHAGATA et al., 1994).

A expectativa dos pesquisadores

As perspectivas profissionais dos pesquisadores dependem, em parte, de sua capacidade de divulgar a pesquisa em revistas científicas, em cursos de graduação superior, mas também de sua capacidade de associar-se a organizações públicas de pesquisa e ensino que tenham afinidade com as linhas de pesquisa criadas a partir de percepções e de práticas de cada grupo científico.

Geralmente, há uma distância entre o discurso generoso e engajado dos jovens pesquisadores (“estamos prontos a sacrificar uma parte de nossa juventude a serviço dos camponeses; abandonamos nossas famílias para viver nesse fim de mundo”) e suas práticas reais. Daí frequentemente a recusa ou a resistência a assumir responsabilidades e atividades de desenvolvimento mais concretas, sob o pretexto de que “isso não é nosso trabalho; é o trabalho de extensionistas e técnicos”, mesmo quando em situação de urgência. A perspectiva de trabalhar exclusivamente no desenvolvimento das tarefas é vista como um desprestígio profissional. Com efeito, existe a urgência, mas também os limites da ação e da competência que impedem a resolução de todos os problemas.

A falta de transparência

As dificuldades – naturais e previsíveis – para a cooperação entre pesquisadores e sindicalistas agravaram-se em virtude da ausência de transparência nos debates. Esforços significativos foram efetivamente empreendidos em Altamira, para tentar elaborar uma estratégia conjunta a partir de interesses e conflitos das duas partes. Eles permitiram progredir em certas áreas e, em particular, conceber um conjunto de temas coerentes, que deveriam ser abordados a médio e a longo prazos, para contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Entretanto, não permitiram identificar claramente outras preocupações e estratégias dos participantes, nem resolver os conflitos ou rebater as críticas existentes, que só foram expressas tardiamente. Provavelmente, os pesquisadores não teriam sido suficientemente claros quanto a suas perspectivas pessoais de médio prazo e quanto aos desafios enfrentados pela equipe, mas não houve intenção de proceder assim. Por sua vez, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais decidiram por não apresentar a própria estratégia para a região, considerada secreta, e, por isso, não acessível aos “adversários”. Como duvidavam da boa-fé e, sobretudo, da discrição dos pesquisadores, parecia perigoso abrir o jogo.

Em certas circunstâncias, foram omitidas informações importantes com o propósito claro de levar os pesquisadores a fazer o que era julgado oportuno pelos dirigentes, segundo estratégias bem definidas. O Laet, em particular, foi encorajado a continuar suas atividades em Uruará, sob a alegação de que sua presença ali era útil para legitimar os seminários municipais, deixando antever a possibilidade de soluções inovadoras para a região. Todos os responsáveis locais e regionais sabiam, porém, que essa receptividade escondia o interesse de lançar certa candidatura a prefeito nas eleições que se aproximavam.

A defasagem entre o tempo dos pesquisadores e o dos agricultores

Os pesquisadores geralmente realizam a coleta de informações e fazem análises que permitem uma compreensão das tendências econômicas atuais conforme elas se definem na região. A precisão e a coerência dessas informações requerem um rigor técnico e um distanciamento, o que eles fazem a partir de premissas dadas pelo campo científico. Isso justifica o longo tempo de maturação da pesquisa.

Agricultores e sindicalistas queixam-se frequentemente da ausência de retorno dos resultados. Isso se deve, em parte, a essa diferença de ritmos. Mas, mesmo quando há um esforço para a restituição de resultados parciais (por exemplo, ao final de um conjunto de entrevistas, todos os agricultores entrevistados e os representantes locais são convidados para uma apresentação e um debate dos resultados), os agricultores acham que o produto dessas entrevistas não lhes acrescenta nada, que os problemas levantados já são conhecidos e suspeitam que os pesquisadores escondem os verdadeiros resultados.

Modelos de desenvolvimento contraditórios

Os sindicalistas, de sua parte, esperam que a pesquisa de propostas técnicas e econômicas concretas melhore a situação econômica e social dos agricultores, reforce sua legitimidade de dirigentes sindicais em âmbito local e regional e permita que acessem posições de responsabilidade nacional.

Eles esperam, também, fortalecer o prestígio pessoal, tanto por meio dos projetos públicos ou privados, quanto pelo aumento do apoio do Estado

para melhorar a qualidade de vida de suas bases. Não se questionam as fontes de financiamento requeridas, consideradas como uma dívida da sociedade para com os pequenos agricultores.

Existe um debate interno no sindicalismo camponês brasileiro entre os que consideram que os agricultores devem primeiro aumentar seu nível de produção e renda para que se habilitem a resistir às reduções previsíveis de créditos, no futuro, e os que – majoritários, no momento – consideram importante, inclusive em matéria de crédito, “distribuir o máximo, podendo sempre negociar uma moratória se não se conseguir pagar, como fazem os grandes” (sic).

Em geral, os pesquisadores tendem a defender a primeira opção, seja por um ideal político (permitir a autonomia, contar com as próprias forças), seja simplesmente por constatação da realidade, considerando que o governo brasileiro não pode resistir à onda de liberalismo e deve reduzir os déficits públicos. Reagem negativamente em especial quando são solicitados a avaliar, ou seja, a redigir projetos cuja viabilidade econômica e social não pode ser garantida.

Os sindicalistas amazônicos preferem os programas de grande amplitude, que beneficiem o maior número possível de agricultores e no prazo mais curto. Já os pesquisadores preferem trabalhar em pequenos projetos experimentais, que possam se expandir progressivamente, justificando essa posição pelo princípio de que toda intervenção deve ser testada antes de ser generalizada, de forma a evitar o imediatismo e a ilusão tecnocrática que caracterizam a maior parte dos grandes projetos do Estado. Além disso, os pesquisadores têm interesse particular em validar suas observações sobre as ações de desenvolvimento propostas, quer se trate da introdução de novas tecnologias quer de novas formas de organização da produção ou da organização.

Nesse contexto, os pesquisadores aparecem sempre como empecilhos à execução da maior parte dos projetos elaborados pelos sindicalistas e pelos responsáveis políticos. Quando propõem alternativas em matéria de crédito, elas implicam, em geral, esforços suplementares de formação e de discussão, e de uma abordagem menos maciça e mais prolongada, que contraria os interesses imediatos dos representantes e dos políticos locais e da pressão da base.

O risco de desestabilização das organizações

Existe um risco de sociologização do sindicalismo no tipo de discussão ocorrido, que expõe as feridas. Discussões sobre a representatividade dos sindicatos ou os modos de designação de seus responsáveis foram encaradas como interferências inaceitáveis dos pesquisadores nas organizações camponesas.

A posição dos pesquisadores é criticável na medida em que eles encontraram uma forma de penetrar nesse meio e de obter informações com estratégias mal definidas de restituição dessas informações, de tal maneira que elas constituíssem elementos de inserção dos camponeses nos processos de reflexão sobre os produtos (conhecimentos) em via de elaboração e de maneira que pudessem ser utilizados democraticamente.

O trabalho iniciado com as organizações sindicais permitiu aos pesquisadores uma penetração em diversos níveis da sociedade camponesa, alcançando até os povoados mais distantes dos municípios. Eles puderam constatar que a ação sindical, apesar de seu impacto real no campesinato, deixa a desejar no sentido de que existem agricultores que resistem ao engajamento em razão de posições políticas contraditórias com o discurso dessas entidades, ou de afinidades com outras forças não-alinhadas a esse tipo de trabalho. Relações de clientelismo, paternalismo, distância geográfica ou outros interesses impedem a inserção completa da massa de agricultores no seio dessas organizações, que não escapam à regra e reproduzem freqüentemente relações da mesma natureza.

Os representantes camponeses são particularmente sensíveis às críticas formuladas em público diante de sua base. O que, *a priori*, parece aos intelectuais como uma simples manifestação de um ponto de vista diferente, podendo fazer avançar a discussão pública, é sentido como um ataque político direto.

Deve-se dizer que as discussões entre camponeses obedecem a códigos bem particulares, em que a crítica se exprime freqüentemente sob a forma de ironia ou de uma parábola aparentemente sem relação com a situação apresentada. É raro que verdadeiros debates tenham acontecido nas assembleias camponesas. Trata-se essencialmente de confirmar os acordos preparados antes, por contatos diretos ou negociações nos bastidores. Por falta de um

preparo adequado, os jovens pesquisadores chocaram os agricultores e os representantes locais, motivo por que foram cada vez menos convidados a participar das reuniões.

A concorrência pelo controle das organizações

Os pesquisadores foram deliberadamente mantidos à distância do funcionamento interno das organizações, a fim de evitar qualquer risco de manipulação e de tomada do poder pelos intelectuais. Com efeito, a partir do momento em que eles desenvolvem relações pessoais com certos agricultores da base e começam a dominar os códigos de comportamento, poderia ser relativamente fácil manipular essas organizações.

A experiência é comum no Brasil: jovens intelectuais ativistas, professores ou técnicos mobilizam grupos sociais empobrecidos, o que, em um primeiro momento, parece ser no interesse do grupo; no segundo momento, porém, utilizam o prestígio alcançado para se lançar no plano político. É um comportamento comum, que visa suscitar a confiança dos responsáveis sindicais. Não é sem razão, então, que os sindicalistas resistem a que os técnicos venham a ganhar projeção em suas organizações. Alguns resumem essa opinião na seguinte declaração: “devemos guardar nossa hegemonia sobre a organização”. Os técnicos podem, por isso, ser consultados, mas não podem participar das decisões. Foi assim que a proposta de estudo do funcionamento interno das organizações e de ajuda à formação de jovens sindicalistas foi rejeitada pelo MPST (Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica), uma vez que foi julgada muito perigosa para a coesão e a autonomia do movimento.

Uma concepção autônoma da pesquisa

Em Altamira, os sindicalistas entrevistados exprimem-se como se o grupo de pesquisadores fosse praticamente uma ferramenta susceptível de ser manipulada para servir às suas demandas. O MPST propôs que a equipe de pesquisa se integrasse ao Movimento (como prestadora de serviço técnico) para tornar-se um de seus componentes. A intervenção dos pesquisadores na política (inclusive na política partidária) seria em princípio evitada, com o objetivo de poupar problemas internos do campesinato, ou seja, para não influenciar as tendências políticas em conflito no seio do MPST.

O campo do conflito

Houve, portanto, tentativas recíprocas de instrumentalização. De um lado, os sindicalistas desejavam colocar os pesquisadores a serviço de suas estratégias políticas; de outro, os pesquisadores consideravam o sindicato como objeto de pesquisa, como meio de facilitação ao acesso ao campo e de socialização das informações e dos debates produzidos pela pesquisa-ação. Pergunta-se: que meios de pressão dispõe cada parte, nessa disputa, quando não se consegue chegar a um equilíbrio por meio da negociação?

Os sindicatos não são suficientemente fortes para condenar os pesquisadores à exclusão do universo camponês, embora consigam efeitos consideráveis. Eles podem certamente tornar mais difícil o acesso ao campo, mas a experiência mostrou que não podem impedir o estabelecimento de relações diretas entre técnicos e agricultores, principalmente quando essas relações se estabelecem em torno de um tema técnico de interesse dos agricultores. Em compensação, um conflito aberto fragilizaria as equipes de pesquisa-ação em suas relações com outras instituições de pesquisa, já que eles supririam a fraqueza das opções metodológicas adotadas no início desses programas, priorizando a parceria com as organizações camponesas.

Uma estratégia de monopólio das relações com o Estado

Os sindicatos desenvolveram, por um certo tempo, uma estratégia eficaz de isolamento dos pesquisadores, monopolizando sistematicamente as relações com os poderes e as personalidades públicas. Isto foi facilitado pelo fato de as equipes, ao atuarem localmente, permanecerem isoladas no interior do Estado, enquanto muitos debates e decisões importantes ocorriam em Belém ou em Brasília, pois os custos de deslocamento eram muito elevados por causa das distâncias. Ao mesmo tempo, os sindicalistas desenvolveram uma estratégia eficaz de representação em âmbito estadual (via Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Fetagri) e mesmo nacional (via Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – Contag). Paradoxalmente, as equipes de pesquisa também foram marginalizadas no plano local, pois a imagem de engajamento político com a esquerda que haviam adquirido, ao optar pela parceria com organismos camponeses, lhes fechou as portas dos políticos locais, eleitos majoritariamente pela direita.

A concorrência pelos financiamentos

O acesso a financiamentos públicos e internacionais foi motivo de forte competição entre as organizações camponesas e as equipes de pesquisa-ação. Os movimentos camponeses dependem em grande parte desses recursos externos para seu funcionamento, mas contam igualmente com eles para ampliar sua base e ganhar popularidade. As equipes de pesquisa-ação também dependem de recursos externos, mesmo que seu funcionamento seja, em parte, assegurado pela Universidade e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os dois recorrem freqüentemente aos mesmos financiadores. A relação com os parceiros externos e a imagem pública de cada grupo é um atributo importante para garantir financiamentos externos. Tudo isso contribuiu para agravar o conflito entre a organização camponesa e as equipes de pesquisa-ação.

CONCLUSÃO

As dificuldades entre pesquisadores e sindicalistas podem ser diferenciadas segundo dois tipos de comportamento condicionados pelo campo, para empregar um termo bourdieuniano (BOURDIEU, 1980). Os sindicalistas identificam-se com base em critérios políticos, pela defesa de uma categoria social ampla e definida a partir de critérios de classe social. Seu militantismo sindical é definido em termos de alianças táticas, e procuram orientar os resultados de sua atividade de maneira a favorecer seus aliados e a desenvolver sua base. Os pesquisadores, por sua vez, qualquer que seja seu engajamento político, para sobreviverem profissionalmente, devem obter reconhecimento no campo científico, o que supõe produtos científicos reconhecidos e, portanto, tipos de intervenção compatíveis com esse objetivo.

A existência de campos de interesse e de poder extremamente diferentes, de concepções de desenvolvimento e do papel do pesquisador igualmente diversos, tornou difícil a elaboração de uma aliança equilibrada, em que cada um se beneficia do outro sem ameaçá-lo.

Tanto a cultura da não-transparência quanto o divórcio entre a retórica e a prática impediram a elaboração de uma estratégia comum para essa aliança. Pode-se concluir, a partir de uma análise retrospectiva, que as condições

do diálogo esclarecido e do agir comunicativo pregado por Habermas não foram preenchidas. No plano epistemológico, pode-se concluir que a elaboração de uma estratégia conjunta entre dois grupos sociais muito diferentes requer muito mais do que o estabelecimento de um diálogo e do compartilhamento das regras do jogo.

Parece-nos, entretanto, que é possível chegar a um equilíbrio negociado nessa relação, a partir da identificação rigorosa de campos de interesses comuns bem definidos e, por contraste, de campos reservados, em que cada parceiro entende preservar sua supremacia e sua demanda, incitando o outro a minimizar sua interferência. Pode-se, à luz da experiência, imaginar as regras que permitiriam minimizar as zonas de fricção e de competição, e maximizar as áreas de cooperação e de interesse mútuo. Isso passaria por uma negociação sobre o controle e a autolimitação tão caros aos pesquisadores, que não poderiam aceitar a renúncia a um certo número de seus direitos cívicos, em particular não aceitar não se imiscuir na política interna das organizações e respeitar a obrigação de confidencialidade em relação a certas informações consideradas estratégicas para as organizações de produtores.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Quelques propriétés de champs**: questions de sociologie. Paris: Les Editions de Minuit, 1980. p. 113-120.

CASTELLANET, C.; ALVES, J.; DAVID, B. A parceria entre organizações de produtores e equipe de pesquisadores. **Agricultura Familiar**, Belém, v. 1, n. 1, 1996. p. 139-161.

GUERRA, G.A.D. **Chercheurs et syndicalistes pour un autre developpement rural. L'expérience d'une recherche-action dans l'Etat du Pará - Brésil**. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, 1999 (Sous la direction de Mme. Rose-Marie LAGRAVE).

HABERMAS J. **Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1. 457p.

LIU, M. **Fondements et pratiques de la recherche-action**. Paris: L'Harmattan, 1997. 351 p. (Collection Logiques Sociales).

Pesquisadores engajados e líderes camponeses na pesquisa-ação: uma cooperação conflitante

MERRILL SANDS, D.; COLLION, M. H. « Making the farmers voice count: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research ». **Journal for Farming system Research-Extension**, [Gainesville], v. 4, n. 1, p. 139-161, 1993.

MUCHAGATA, M. G.; REYNAL, V. de; VEIGA, J. R. **La construction du dialogue chercheurs et paysans à travers l'expérience du CAT**: résumé de recherche. Travail présenté au 13ème Symposium International: Recherche système en Agriculture et Développement rural, Montpellier, 21-25 Novembre 1994. 9 p.

ROLING, N. 1996. Towards an interactive agricultural science. **European Journal of Agricultural Education and Extension**, Wagenigen, v. 2, n. 4, p. 35-48.

RHOADES, R. E.; BOOTH, R. Farmer-Back-to-Farmer: a model for Generating acceptable technology. **Agricultural Administration**, London, n. 11, p.127-137, 1982.

VERSPIEREN, M. R. **Recherche-Action de Type Stratégique et Science(s) de l'Education**. Bruxelles: Contradictions; Paris: L'Harmattan, 1990. 396p.